

A HISTÓRIA DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS NO ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE MESORREGIONAL

Lívia Poliana Santana Cavalcante¹

Hérika Juliana Linhares Maia²

Matheus Urtiga Sousa³

Vera Lúcia Antunes de Lima⁴

Monica Maria Pereira da Silva⁵

¹Grupo de Extensão e Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental-GGEA/UEPB, Doutoranda no PPGRN/CTRN/UFCG, Campina Grande-PB, Brasil, livia_poliana@hotmail.com

² Grupo de Extensão e Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental - GGEA/UEPB, Profa. Dra. Departamento de Humanidades da UEPB, Campina Grande-PB, Brasil, herikajuliana@hotmail.com

³Grupo de Extensão e Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental - GGEA/UEPB, Mestrando no PPGCTA/UEPB, Campina Grande-PB, Brasil, matheusurtiga@gmail.com

⁴ Grupo de pesquisa em Águas residuárias e Impactos ambientais, Profa. Dra. Departamento de Engenharia Agrícola da UFCG, Campina Grande-PB, Brasil, antuneslima@gmail.com

⁵Grupo de Extensão e Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental - GGEA/UEPB, Profa. Dra. Departamento de Biologia da UEPB, Campina Grande-PB, Brasil, monicaea@terra.com.br

Introdução

Nas últimas décadas, as principais organizações de catadores de materiais recicláveis que atuam no território nacional, mostram-se cada vez mais articuladas, principalmente através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que os torna visíveis perante a sociedade, fortalece a participação em políticas públicas, visando melhores condições de trabalho e de vida. Este é um cenário bastante positivo, pois, demonstra que o catador de material reciclável está a cada dia mais consciente do seu papel na sociedade e conseqüentemente, para o meio ambiente.

Entre as principais conquistas obtidas pelos catadores de materiais recicláveis destacam-se: a criação do Fórum Nacional de Lixo e Cidadania (1998); o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis- MNCR (2001); o reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis pela Classificação Brasileira de Ocupação-CBO (2002); Decreto de nº 5.940/2006, que institucionaliza o repasse dos materiais recicláveis das instituições públicas aos catadores de materiais recicláveis; a Política Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS (2010) e o Programa Pró-catador (2010).

Apesar das atuais conquistas dos catadores de materiais recicláveis a história de luta desses profissionais é marcada pela humilhação, invisibilidade, exclusão social, baixa autoestima e vergonha. Segundo Gesser e Zeni (2004) sua ocupação é sentida como sendo desqualificada e carente de reconhecimento pela sociedade. A concepção “exclusão social” caracteriza-se por fenômenos: desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho, desqualificação profissional, falta de acesso aos serviços de saúde, entre outros (LOPES, 2006). Diante disso, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente no que tange ao exercício profissional, no qual, na maioria das vezes, encontra-se na insalubridade e envolvimento de riscos ocupacionais.

Diante o exposto esse trabalho objetivou discorrer a respeito da história de luta e organização de associações de catadores de materiais recicláveis distribuídas nas diferentes mesorregiões do Estado da Paraíba.

Material e Métodos

O presente estudo adotou os princípios da pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa que segundo Marconi e Lakatos (2010) trata-se de uma investigação, cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa, visando modificar e clarificar conceitos.

Foram selecionadas quatro mesorregiões e indicados os municípios representativos para cada região, considerando-se os critérios: importância socioeconômica, existência de universidades e instituto federal (IFPB), aprovação do Plano municipal de gestão de resíduos sólidos e a existência de

catadores de materiais recicláveis organizados: Mata Paraibana - João Pessoa, Agreste Paraibano - Campina Grande, Borborema- Sumé e Sertão Paraibano- Cajazeiras. Para escolha das organizações de catadores de materiais recicláveis foram adotados os critérios: formalização do empreendimento em associação ou cooperativa, localização, acessibilidade, disponibilidade e aceitabilidade dos catadores de materiais recicláveis em participar do projeto.

A coleta de dados ocorreu através da observação direta e aplicação de entrevistas semiestruturadas. As observações foram feitas nos locais de atuação dos grupos em estudo. Seguindo-se as normas e diretrizes da resolução 466\12 do Conselho Nacional de Saúde, o estudo em questão foi submetido no Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) sob o número 70863917.8.0000.5182.

Resultados e Discussão

No Estado da Paraíba 10.445 pessoas declararam exercer a catação de resíduos sólidos (IPEA, 2013) e de acordo com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos existem 12 organizações formalizadas de catadores de materiais recicláveis (PARAÍBA, 2014). Pode-se citar algumas iniciativas de articulação e luta dos catadores de materiais recicláveis no Estado da Paraíba, dentre estas, a atuação da Rede Lixo e Cidadania e Cáritas Regional do Nordeste com a iniciação dos Projetos Cataforte I, II e III que buscam o fortalecimento e a inserção de cooperativas e associações no mercado da reciclagem; Lei nº 8.976/2009 que instituiu o Dia do Catador de materiais recicláveis no Estado da Paraíba (07 de junho); Lei Estadual nº 9.293/2010 que prevê a separação dos materiais recicláveis em órgãos e entidades da administração pública estadual, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; I Seminário Estadual Pró-Catador que aconteceu em dezembro de 2014 e enfatizou o encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis; I Encontro Estadual de Catadores da Paraíba realizado em outubro de 2015 e reuniu 150 catadores de materiais recicláveis e 50 assessores técnicos e gestores públicos, representando 21 municípios paraibanos.

Com base nos diálogos com os associados e observação direta foi possível analisar dois cenários distintos: as associações que realizam coleta porta a porta e aquelas que atuam dentro de lixões/ “aterro controlado” (Quadros 1 e 2).

Quadro 1. Características gerais das associações de catadores de materiais recicláveis que representam as mesorregiões do Estado da Paraíba

Município/ Associação	Organização	Formalização	Nº de Membros	Exercício profissional		
				Coleta	Transporte/s	Triagem/ Acondicionamento
João Pessoa - ASCARE JP	2008	2011	18	Porta a porta	Caminhão e carrinhos projetados	Galpão
Campina Grande - ARENDA	2008	2010	22	Porta a porta	Caminhão e carrinhos projetados	Galpão
Sumé- ACLMS	2005	2010	4	Aterro controlado	Não possui	Aterro controlado
Cajazeiras- ASCAMARC	2002	2004	20	Porta a porta e Lixão	Não possui	Galpão e Lixão

Legenda: ASCARE JP (Associação de Catadores de Resíduos de Rua de João Pessoa); ARENSA (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade de Nossa Senhora Aparecida); ACLMS (Associação dos Catadores de Lixo do Município de Sumé-PB); ASCAMARC (Associação de Catadores de Material Reciclável de Cajazeiras).

A história das quatro associações de catadores de materiais recicláveis (Quadro 2) ASCARE JP (Associação de Catadores de Resíduos de Rua de João Pessoa), ARENSA (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade de Nossa Senhora Aparecida), ACLMS (Associação dos Catadores de Lixo do Município de Sumé-PB) e ASCAMARC (Associação de Catadores de Material Reciclável de Cajazeiras), possuem pontos em comum:

- 1) Todos os catadores de materiais recicláveis vivenciaram a informalidade da profissão;
- 2) Uma parcela significativa desempenhou/desempenha a atividade de catação em vazadouros a céu aberto/lixão;

3) Todos os grupos alvo do estudo, contaram com a ajuda externa de assessoria técnica para a efetivação da organização e formalização da Associação, como também, ainda necessitam desse apoio para o desenvolvimento de atividades mais burocráticas, em virtude da baixa escolaridade;

4) Há reconhecimento da importância da profissão exercida e o desejo de melhores condições de trabalho e reconhecimento social;

5) Há o anseio compartilhado que as políticas públicas sejam postas em prática, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010.

Divergem especialmente no desempenho das etapas da atividade de catação, pois a ASCARE JP e ARENSA realizam a coleta porta a porta com a utilização de carros projetados e caminhões. Posteriormente, separam e acondicionam os materiais coletados em galpões, diferentemente da ACLMS e ASCAMARC, que atuam dentro do “aterro controlado”/lixão de seus municípios, em condições de trabalho precárias e insalubres, abrindo as sacolas em busca de recicláveis misturados aos rejeitos, operando na ausência de equipamentos e locais adequados para triar e acondicionar os materiais encontrados.

Quadro 2. Histórico das associações de Catadores de materiais recicláveis que representam as mesorregiões do Estado da Paraíba

Município/ Associação	Histórico
João Pessoa - ASCARE JP	Inicialmente, os catadores de materiais recicláveis realizavam suas atividades no antigo Lixão do Roger e associaram-se à ASTRAMARE que passou a operar no aterro sanitário, após o encerramento do Lixão. Este grupo, insatisfeito com essa realidade e sob a perspectiva de mudanças positivas, encararam o desafio de iniciar um novo empreendimento, sob a forma de associação, que lutasse por condições dignas de vida e de trabalho, organizando a ASCARE JP, através da contribuição técnica da Rede Cáritas, UFPB e IFPB.
Campina Grande - ARENSA	Surgiu na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no bairro do Catolé em Campina Grande, após inquietações dos líderes comunitários da localidade, que questionavam a presença de catadores de materiais recicláveis informais que acondicionavam os resíduos sólidos coletados no interior e exterior de suas residências. Após longo processo de formação em Educação Ambiental, com o apoio do GGEA/UEPB foi possível despertar os profissionais que estavam adormecidos na informalidade para a organização em associação.
Sumé- ACLMS	A família dos catadores de materiais recicláveis que sobrevivia há mais de 20 anos nessa atividade, cansados da humilhação rotineira, sentiram a necessidade de mudanças, sendo assim, organizaram-se e fundaram a ACLMS, com a contribuição da UFCG e da Secretaria de Obras do município de Sumé-PB. Esta associação atuou em cinco lixões do município. Atualmente, atuam dentro do “aterro controlado”.
Cajazeiras- ASCAMARC	Surgiu através da organização de catadores de materiais recicláveis informais do Bairro São Francisco, também conhecido como “Asa Sul”, localidade bastante descriminalizada por ser humilde e pela violência existente. Para essa organização e formalização a ASCAMARC contou com a contribuição técnica da Rede Cáritas, UFCG e IFPB. Atualmente, a ASCAMARC enfrenta vários conflitos internos, o mais relevante e contraditório, constitui a atuação de membros associados no interior do Lixão de Cajazeiras. Fato justificado pelos próprios associados pela indisponibilidade de espaço físico no Galpão sede.

No município de João Pessoa-PB (Mata Paraibana), com a representação da ASCARE JP, observam-se ações pontuais por parte dos poderes públicos, que foram obrigados pelo Ministério Público a fornecer fardamento, equipamentos de proteção individual, refeição para o almoço, pagamento do aluguel, água e energia dos galpões (Bessa e Cabo Branco). Há uma indignação generalizada de todos os catadores de materiais recicláveis que compõem a ASCARE JP, em relação à inserção do trabalho exercido; os mesmos afirmam que a prefeitura, os órgãos competentes e a sociedade como um todo, não oferecem suporte para a efetivação da coleta seletiva, ficando estabelecido esse sentimento na fala de um dos associados: “Eu não vi melhoria ainda, se está para acontecer a gente ainda está esperando... A gente continua esquecido! Sempre tem aqueles que separam, falta muita divulgação do nosso trabalho, até o apoio esqueceu da gente, o que faz é pouco! ”.

O município de Campina Grande tem avançado, mesmo que lentamente. Há um esforço mínimo dos poderes públicos em colocar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos em prática e muita pressão por parte das assessorias técnicas das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis (ONG

Centrac, UEPB, UFCG,)), dentre as ações, pode-se citar: encerramento do lixão, disposição final em aterro sanitário (privado), pagamento dos serviços prestados pelos catadores de materiais recicláveis no Projeto Recicla São João, que aconteceu no Evento “O Maior São João do Mundo”, no Parque do Povo.

A ARENSA neste momento, situada no Agreste (Campina Grande-PB) comparando as demais associações alvo desse estudo é o empreendimento que se sobressai, em termos de infraestrutura; coleta porta a porta, com materiais recicláveis previamente separados e higienizados; qualificação e empoderamento da profissão exercida fruto de um longo processo educacional, que iniciou desde a sua organização e perdura até os dias atuais (SILVA et al., 2012).

Apesar dos avanços, atualmente enfrenta conflitos internos, a exemplo do desmembramento da associação em duas unidades (Unidade I – Catolé, Unidade II – Portal Sudoeste), que de certa forma, tende a enfraquecer a articulação dos associados.

Os cenários observados em Sumé (Borborema) e Cajazeiras (Sertão) são mais preocupantes e insalubres para os catadores de materiais recicláveis, que compõem a ACLMS e ASCAMARC, respectivamente. A situação dos municípios citados é agravada pela ausência da gestão de resíduos sólidos que impulsiona a degradação socioambiental. É inadmissível que sete anos após a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) estes municípios ainda operem vazadouros a céu aberto ou “pseudo-aterros” e que nestes locais exista a presença de catadores de materiais recicláveis, coletando, triando e acondicionando os resíduos sólidos misturados a amontoados de “lixo”.

A negligência e o esquecimento dos poderes públicos com essa classe social ficam evidenciados na fala do catador de material reciclável da ASCAMARC que atua dentro do lixão do município: “Não houve mudanças, essa Lei foi inventada para ir dinheiro para eles, que era para ajudar nós... Ninguém enxerga nós, nós somos igual a esse lixo, o mesmo lixo que tá aí no chão do lixão. A sociedade enxerga nós? Somos um nada!”.

Para os municípios de Sumé e Cajazeiras, a aplicabilidade da Lei 12.305/2010 e dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos, resumem-se em “projetos futuros”, a exemplo de construção de um galpão adequado com equipamentos (prensa, mesa de triagem, balança, empilhadeira) que provavelmente favorecerá o exercício laboral dos catadores de materiais recicláveis, conseqüentemente, a coleta seletiva nos municípios. Percebe-se que o alcance da sustentabilidade socioeconômica e ambiental, nesse momento requer o esforço mútuo e um olhar sensível que provoque mudanças na realidade atual.

Conclusão

Lentamente os catadores de materiais recicláveis da Paraíba estão conquistando seu espaço na cadeia produtiva da reciclagem, no entanto, as lutas são diárias, principalmente pela invisibilidade social vivenciada por essa classe trabalhadora.

As associações estudadas ainda não possuem autonomia para gerir os seus empreendimentos, necessitando de apoio das assessorias técnicas para sanar questões burocráticas. Isso decorre da baixa escolaridade e baixa autoestima que os impedem de dialogar com os poderes públicos.

Referências

- BRASIL. Política Nacional de resíduos sólidos. Lei 12.305/2010. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.
- CESSER, M.; ZENI, A. A educação ambiental como uma possibilidade de promover cidadania aos catadores de materiais recicláveis. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, v.2. 2008.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável. 2013. Disponível em: www.ipea.gov.br/
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas. 2010.
- PARAÍBA. Plano Estadual de Resíduos Sólidos. 2014. Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br>
- SILVA, M. M. P.; RIBEIRO, L. A.; CAVALCANTE, L. P. S.; OLIVEIRA, A. G.; SOUSA, R. T. M.; OLIVEIRA, J. V. Quando Educação Ambiental faz a diferença, vidas são transformadas. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v.28. 2012.